

Povos Indígenas, Pesquisa e Descolonização

Indigenous Peoples: Research and Decolonization

SMITH, Linda Tuhiwai. (2018), *Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas*, Curitiba, Ed. UFPR. 239 pp.

Felipe Sotó Maior Cruz ⁽¹⁾ 

E-mail: tuxa.antropologia@hotmail.com

⁽¹⁾ Pesquisador Indígena do povo Tuxá, doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UnB), docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), BA, Brasil.

DOI: 10.1590/3610518/2020

Foi com grande felicidade que recebi a notícia da tradução da obra *Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas*, de Linda Smith. Este trabalho, originalmente lançado em 1999, chega ao público brasileiro, depois de quase 20 anos, durante os quais tem se tornado, cada vez mais, uma referência indispensável para mim e outros pesquisadores indígenas ao redor do globo. O livro é particularmente bem-vindo no presente momento, pois, sobretudo nas duas últimas décadas, assistimos a um crescimento gradativo de estudantes indígenas em cursos de graduação e pós-graduação, nas universidades brasileiras.

Smith é uma socióloga indígena maori da Nova Zelândia, e escreveu este trabalho com a intenção de alcançar, justamente, outros pesquisadores indígenas que, assim como ela, tiveram e têm que lidar, cotidianamente, com os obstáculos colocados pelo modo como a prática de pesquisa foi estruturada nas universidades. Embora este livro não deva ser lido como um manual, uma das motivações da autora, em sua escrita, é a constatação da ausência de referências bibliográficas que preparem e forneçam ferramentas analíticas a jovens pesquisadores que estão lidando com as especificidades de ser indígena e pesquisador, e/ou de trabalhar junto à sua própria comunidade (p. 21). Nessa direção, a autora indica apontamentos importantes em metodologias, métodos de pesquisa e

epistemologias, sempre pautados a partir da posição por ela ocupada, de pesquisadora indígena.

Seria injusto, todavia, afirmar ser o valor desta obra exclusivamente para leitores indígenas. Na primeira parte do livro, a qual consiste nos cinco primeiros capítulos em um total de dez, Smith tece uma elegante reflexão sobre os modos como o imperialismo moldou, a partir do colonialismo, as experiências indígenas dentro da chamada “modernidade”, com intrincadas práticas e sistemas de conhecimentos que instituíram a inferiorização e a negação da humanidade desses povos. Muitos indígenas afirmam: “nós somos as pessoas mais pesquisadas do mundo” (p. 97); qual é, então, o legado que a associação entre imperialismo, conhecimento e pesquisa lhes deixou? Na busca por compreender o que esses povos pensam sobre a pesquisa e como essas impressões foram formadas, a autora traz grandes contribuições acerca das bases do pensamento ocidental e suas implicações no mundo colonizado, dos efeitos do positivismo e das relações entre pesquisador/pesquisado. Considero serem tais contribuições essenciais para qualquer pesquisador que se diga comprometido com justiça social e em fazer da ciência um lugar menos assimétrico e excludente.

Os primeiros capítulos são caracterizados por um exercício de desconstrução dos pilares que embasaram o imperialismo e o colonialismo europeus. Neles, a autora explora conceitos centrais do pensamento ocidental, como tempo, espaço, história, teoria, escrita, indivíduo/sociedade, corpo/mente, evidenciando as múltiplas formas através das quais tais ideias e conceitos foram estruturantes nas relações coloniais e, conseqüentemente, na pesquisa, reproduzindo uma retórica da superioridade do mundo do colonizador. Nesse sistema de conhecimento, as ideias ocidentais são apresentadas como únicas possíveis, não havendo lugar para outras visões de mundo. O mundo colonial é visto como um laboratório em que teorias são testadas e conhecimentos são roubados, ao passo que o sujeito colonizado é destituído de sua humanidade e coisificado, para ser estudado como componente da paisagem local, tal qual a fauna e a flora (p.78).

O argumento de Smith sobre as estreitas relações entre pesquisa, colonialismo e imperialismo é potencializado pelo modo como a autora mescla sua crítica ao ocidente aos efeitos, visões e experiências

entre indígenas de diferentes regiões e continentes. Enquanto as pesquisas, nessa área, podem representar uma empreitada indissociável da superioridade posicional do branco em relação aos indígenas a autora enfatiza, em contrapartida, debates extremamente atuais e pertinentes sobre a colonização da mente e a fragmentação do mundo do sujeito colonizado. Logo, como pesquisar sempre foi sinônimo de classificar, dividir e hierarquizar, o mundo indígena passou a ser objetificado, dissecado e fragmentado, distribuído entre museus, coleções particulares, linguistas, antropólogos, arqueólogos e psicólogos (p.41-42). Uma vez que as colônias eram verdadeiros laboratórios, os conhecimentos ali adquiridos através da colonização foram também utilizados para nos colonizar. Parte das suas implicações entre os povos indígenas esteve associada à estruturação dos modos pelos quais nos vemos, percebemos e conhecemos, as quais foram potencializadas em escolas na educação de elites coloniais, de indígenas e dos intelectuais “nativos” (p. 35). Neste sentido, o exercício desconstrutivo que caracteriza a primeira parte do livro não é de maneira alguma um fim em si mesmo. Seu argumento acerca da pesquisa é permeado por um exercício de descolonização, sugerindo que o seu propósito é menos discutir o que a pesquisa foi no passado, e mais sobre o que ela pode ser no futuro, quando realizada por, com e para os povos indígenas.

Ao refletir sobre a descolonização, seja em um sentido mais amplo ou associado à prática de pesquisa, Smith estabelece, em seu livro, diálogos com diferentes intelectuais indígenas, como Kathie Irwin (1992) e Leonie Pihama (1994), e outros cujos nomes são ainda pouco conhecidos do público brasileiro. É forte também a influência de autores vinculados a abordagens pós-coloniais e anticoloniais, assim como à teoria feminista, a partir dos trabalhos de Edward Said (2007), Stuart Hall (Gieben & Hall, 1993), Albert Memmi (1977), Aimé Césaire (2020), Frantz Fanon (1979), Gayatri Spivak (2010), Audre Lorde (2019), Patricia Hill Collins (2019) e Bell Hooks (2019), respectivamente. Alguns deles, como Said, Hall e Fanon, embora conhecidos no Brasil, há algum tempo vêm passando por interessantes processos de releitura, em razão, parece-me, da crescente pauta identitária nas universidades, após a implementação

das políticas de cotas. Outros autores, como Lorde, Collins e hooks receberam suas primeiras traduções para o português apenas recentemente. O que é importante salientar, em seus diálogos teóricos, é que todos eles evidenciam não apenas a atualidade e relevância de seu argumento, mas também nos ajudam a entender que suas construções acerca da descolonização estão alinhadas com o que foi produzido por intelectuais indígenas, feministas negras e outras minorias étnicas. Se hoje, no Brasil, falar em descolonização tem sido amplamente associado e vinculado a autores rotulados como decoloniais, este certamente não é o caso da autora.

Na segunda parte da obra, verificamos que o argumento de Smith se torna mais propositivo, na medida em que ela busca entender por que a pesquisa é importante para os povos indígenas e como pode estar associada aos seus projetos políticos. Nesses capítulos, a autora dialoga com tendências que marcam o movimento indígena global, o surgimento de uma agenda voltada para a autodeterminação, com os desdobramentos recentes, entre os Maori da Nova Zelândia, para a institucionalização e desenvolvimento de pesquisas feitas por eles mesmos.

Se parecem evidentes os benefícios que as pesquisas proporcionaram aos colonizadores, tais como o roubo de conhecimentos e o estabelecimento de sua superioridade a partir da negação do Outro (p. 77), o terreno fica mais ambivalente quando tentamos entender, no presente, o que levaria os sujeitos colonizados a desejar ocupar o lugar de pesquisadores, como parte de suas estratégias de autodeterminação. Tal ambivalência aparece no trabalho de Smith, em passagens como: “enquanto se criticam, por um lado, os povos indígenas que foram educados em instituições de ensino superior, por outro, muitas comunidades lutam e economizam para enviar seus filhos para a universidade” (p. 90). Para a autora, a resistência frente às pesquisas realizadas por brancos é resultado de inúmeros fatores, que vão desde as condutas antiéticas e predatórias até o total distanciamento entre sua agenda de pesquisa e as realidades dos sujeitos pesquisados (p. 106-107). Nas visões que pautavam esses povos como o “problema indígena” ou como a “questão indígena”, a tarefa era levantar conhecimentos, mapear e descrever, visando efetivar ações militares, conter revoltas, livrar-se dos

revoltosos e atribuir-lhes culpas. Eram conhecimentos que serviam ao empreendimento colonial e em pouco ou nada ampliavam os conhecimentos indígenas acerca das questões que eles gostariam de responder. Neste sentido, a segunda parte do livro irá focar justamente na reflexão em torno de como a mudança de posição para pesquisas conduzidas por indígenas envolve abordar essas comunidades, não como problema, mas sim, trazer à luz os seus problemas e prioridades, com vistas a pensar como a pesquisa pode ser reformulada epistemologicamente e metodologicamente para alcançar esses fins.

Falando enquanto uma indígena do chamado Primeiro Mundo, Smith sugere que a crença de que vivemos em um mundo pós-colonial constitui um deslocamento equivocado da realidade, uma vez que o colonialismo não se trata de um negócio acabado. Mesmo onde os colonizadores já se retiraram, deixaram suas instituições e legados (p. 117). Para a autora, precisamos indagar quais são as facetas atuais do imperialismo e como ele se mantém em exercício, no presente. Se a linguagem do imperialismo e do colonialismo mudou, os lugares de luta permanecem os mesmos (p. 127).

As distinções que muitos pesquisadores acadêmicos do presente acreditam existir entre seus trabalhos e aqueles de outrora, realizados por militares, viajantes, colecionadores e administradores coloniais, não são tão representativas. Em ambos os casos, as posições de pesquisador/pesquisado reproduzem relações guiadas por agendas de pesquisas eurocêntricas, que mantêm o *status quo*. Tampouco a ciência pode ser um empreendimento que tenha a busca pelo saber em si, como justificativa. Enquanto houver grupos que tiveram suas histórias negadas e apagadas, gerações inteiras destroçadas, terras e conhecimentos roubados, o valor da pesquisa só existirá quando ancorado em efeitos de mudança, cura e reparação. Como afirmei em trabalho anterior (Cruz, 2017), entre indígenas é ainda forte o sentimento de que muitos pesquisadores nos veem como matéria-prima para realizar suas pesquisas e obter seus respectivos graus acadêmicos de mestre e doutor. Condutas éticas duvidosas têm gerado o embate entre pesquisadores e estudantes indígenas, dentro das próprias universidades, conforme descrito por Florêncio Vaz Filho (2019), indígena e, também,

antropólogo, em um artigo intitulado *A Rebelião Indígena na UFOPA e os Desafios da Interculturalidade no Ensino Superior*. Por isso, como afirma Smith, muitas comunidades têm criado protocolos para assegurar que as pesquisas desenvolvidas por forasteiros estejam dentro de nossos critérios éticos e em consonância com a visão de mundo de cada povo. Em um exercício de autodeterminação, se a pesquisa não for para nós, não nos interessa.

Ao historicizar o interesse maori em pesquisas, Smith defende que o fim da Segunda Guerra Mundial acarretou inúmeras mudanças econômicas, sociais e políticas, e que foi, sobretudo, a partir da década de 1960, que vimos novas configurações de organizações políticas de movimentos indígenas ao redor do globo. Se, por cinco séculos, a pauta primeira dos povos indígenas foi sobreviver, acompanhamos nesse período uma maior articulação indígena em torno do desenvolvimento de organizações e estabelecimento de alianças nacionais e internacionais voltadas para uma agenda de autodeterminação, descolonização e justiça social. A agenda de pesquisas maori, sobre a qual fala a autora, ganha seus primeiros contornos também nesse processo, refletindo sobre como as pesquisas podem ser uma frente importante dentro das pautas políticas e ações coordenadas, voltadas para a autodeterminação. Em seguida, vamos conhecer mais a respeito do contexto indígena maori e das especificidades da história desses povos junto ao imperialismo britânico, e os caminhos trilhados por eles para efetivar o seu espaço enquanto pesquisadores. Sua agenda de pesquisas rompe com visões ocidentais individualistas em torno, por exemplo, da propriedade intelectual, e tem como fim o bem-estar e a autodeterminação dos povos indígenas, articulando pesquisas voltadas para a descolonização, cura, transformação e mobilização (140).

Nesta direção, os capítulos finais historicizam o processo de institucionalização dos pesquisadores maori, em universidades na Nova Zelândia, destacando os desafios por eles enfrentados. A autora aborda os impasses políticos e epistemológicos, evidenciando as resistências colocadas por velhas práticas de poder enraizadas na ciência e nas academias. Os jovens pesquisadores maori se depararam com um espaço altamente elitizado, no qual o racismo institucional

estrutura uma organização política que funciona através da manutenção de privilégios. Epistemologicamente falando, os próprios sistemas de conhecimentos em curso nesses lugares reproduzem ideias de supremacia branca. Por essas e outras razões, o processo de efetivação da presença física e das questões priorizadas por esses pesquisadores foi lento e repleto de adversidades (p. 151). Foi inicialmente desenvolvido dentro dos Estudos Maori, sediados em Departamentos de Antropologia, e, posteriormente, nos Centros de Estudos Maori, em outros departamentos. Na Universidade de Auckland, por exemplo, os Estudos Maori integram o Departamento de Antropologia, desde a década de 1950, e que, na busca por maior autonomia e autodeterminação, tornou-se um departamento independente em 1991, chefiado por vários anos pelo antropólogo maori Ranginui Walker (1997).

Para além das adversidades, Smith pauta resultados concretos de experimentos praticados pelos pesquisadores maori. Seguindo na esteira de críticas feitas no passado, pela segunda onda das teorias feministas, esses pesquisadores vão argumentar contra o positivismo e propor discussões metodológicas acerca da especificidade de ser simultaneamente indígena e pesquisador. A própria autora aponta que a distinção, muitas vezes romantizada, entre ser alguém de dentro ou de fora da comunidade, não é necessariamente absoluta, e sim gradual e situacional. Não é o simples: “como ela vive aqui, portanto conhece” (p. 162). Ocupar o lugar de pesquisador produz inúmeros deslocamentos, tais quais os narrados por Smith, a partir de sua própria prática de pesquisa junto a uma comunidade de mães e crianças maori, da qual ela, por ser mãe e maori, também fazia parte, mas que, ao longo do trabalho com entrevistas, fez com ela se sentisse eventualmente como uma *outsider*. Ao mesmo tempo, vários indígenas se reconectaram com suas comunidades através das pesquisas, ao se confrontarem com questões identitárias pessoais e com outros indígenas (158-158). Ainda sobre as experiências, podemos destacar o oitavo capítulo, no qual a autora reúne vinte e cinco projetos de programas de pesquisa envolvendo diferentes comunidades e objetivos, que vão desde reivindicar revitalizações linguísticas, testemunhar e contar histórias, até reestruturar, devolver e imaginar o futuro.

A análise de Smith sobre o avanço dos pesquisadores e metodologias maori, na Nova Zelândia, é rica em seu valor comparativo, para pensarmos outros contextos nacionais. No Brasil, esse processo é mais recente, sendo que apenas na primeira década do século XXI podemos efetivamente falar sobre uma inserção significativa de indígenas em cursos regulares no ensino superior gratuito. Se focarmos em cursos de pós-graduação, o cenário é ainda mais crítico, tendo se tornado mais perceptível, sobretudo, a partir de 2010. Analogamente ao que aconteceu na Nova Zelândia, em termos quantitativos, também me parecem ser as pós-graduações em Antropologia pioneiras no estabelecimento de vagas e políticas para estudantes indígenas. Simultaneamente, temos tentativas similares de estabelecimento de centros e cursos específicos em questões étnicas, como é o caso das licenciaturas interculturais para formação de professores indígenas, do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), na Universidade de Brasília, e o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, na Universidade Federal de Roraima, que oferta cursos em diversas áreas para indígenas.

O cenário dos Centros de Estudos Maori e de universidades com pesquisadores e professores maori, desenhado por Smith, é, em parte, distante do que percebemos no Brasil. Se estes pesquisadores têm impactado a produção acadêmica nos últimos 50 anos, construindo metodologias e epistemologias próprias, como a *kuapapa maori* descrita pela autora ao fim de sua obra, em contrapartida, aqui, só agora, estamos começando a ver resultados efetivos de formação de pesquisadores indígenas. Todavia, isso não significa que os povos indígenas no Brasil não tenham tradicionalmente levantado dados e obtido respostas para as suas questões. Desde o fim da década de 1990, temos muitas pesquisas realizadas e conduzidas por professores indígenas em suas formações interculturais, mas, infelizmente, elas seguem em boa medida invisibilizadas fora dos nichos onde foram concebidas, quando não percebidas como matéria-prima ou dados etnográficos para outros pesquisadores. Reichert (2019) mapeou um número de 24 doutores indígenas, entre 2000-2017, o que representa uma média de menos de 2 doutores por ano. É difícil

mensurar a extensão do impacto das pesquisas deles em suas respectivas áreas, mas certamente podemos indagar: elas estão sendo levadas a sério?

A experiência maori pode nos prover valiosos *insights* para pensarmos, enquanto pesquisadores, sobre o que seria a formação de uma *intelligentsia* indígena no Brasil (Luciano & Hoffmann, 2010). Todavia, *Descolonizando Metodologias* também nos fala sobre desigualdades resultantes do imperialismo do passado e do presente, que continuam a estruturar as realidades indígenas. Ao lermos o trabalho de Smith, temos que ter em mente que ela está falando enquanto uma indígena do chamado “Primeiro Mundo”, o que implica em sempre contextualizar que, além das semelhanças inegáveis do colonialismo europeu, temos especificidades referentes à sua expressão ibérica e anglo-saxã, que se manifestam ainda hoje na geopolítica e na distribuição de poder. Não por acaso, a maioria dos exemplos utilizados pela autora tem como referência povos indígenas da Austrália, Canadá e Estados Unidos, pois eles compartilham entre si uma outra parte desta história.

Os caminhos seguidos no desenvolvimento das pesquisas maori é apenas uma, dentre várias trajetórias possíveis que têm sido protagonizadas por diferentes povos indígenas no mundo. Desse modo, eu, enquanto um antropólogo indígena, professor de um curso em que todos os estudantes são indígenas, recebo esta tradução realizada por Roberto G. Barbosa, como leitura obrigatória para a formação de intelectuais acadêmicos indígenas, por acreditar que esta obra pode fornecer importantes subsídios para que possamos, assim como Smith, escrever a nossa própria versão da história do desenvolvimento de pesquisas feitas por indígenas, no Brasil.

Bibliografia

- CÉSAIRE, A. (2020), *Discurso sobre o colonialismo*, São Paulo, Veneta.
- COLLINS, P. H. (2019), *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, São Paulo, Boitempo.
- CRUZ, F. S. M. (2017), “Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. *Revista de estudos e pesquisas sobre a América*, 11 (2): 93-108.
- FANON, F. (1979), *Os Condenados da Terra*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- GIEBEN, B. & HALL, S. (1993), *The Formations of Modernity: Understanding Modern Societies an Introduction Book 1* (1st ed.). Polity.
- HOOKS, B. (2019), *Olhares negros: raça e representação*, São Paulo, Editora Elefante.
- IRWIN, K. (1992), “Towards Theories of Maori Feminisms”, in R. du Plessis (ed.), *Feminist Voices: Women’s Studies Texts for Aotearoa*, Nova Zelândia, Oxford University.
- LORDE, A. (2019), *Irmã Outsider*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- LUCIANO, G. & HOFFMANN, M. B. (2010), Introdução, in G. Luciano et al. (orgs.), *Olhares indígenas contemporâneos*, Brasília, Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), Série Saberes Indígenas.
- MEMMI, A. (1977), *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PIHAMA, L. (1994), “Are Films Dangerous? A Maori Woman’s Perspective on The Piano”, in *Hecate*, 20 (2), Auckland, Press.
- REICHERT, I. C. (2019), “Prospecções: doutores indígenas e a autoria acadêmica indígena no Brasil contemporâneo”. *Tellus*, 19 (38): 17-48.
- SAID, E. (2007), *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, São Paulo, Cia das Letras.
- SPIVAK, G. (2010), *Pode o Subalterno Falar?*, Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- VAZ FILHO, F. A. (2019), “A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior”. *Novos Olhares Sociais – Revista do PPGCS – UFRB*, 2 (1): 79-98.
- WALKER, R. (1997), “Identidade e antropologia Maori da Nova Zelândia”. *Mana*, 3(1): 169-78.